



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
 Gabinete da Procuradora-Geral
 Procuradoria Especial da Atividade Consultiva



PARECER Nº: 1083/2015-PRCON/PGDF
PROCESSO Nº: 060.003.190/2015 (vol.I e II)
INTERESSADO: SECRETARIA DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
ASSUNTO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO – GAB E GMOV E ADICIONAL DE INSALUBRIDADE DE SERVIDORES DA SAÚDE PRISIONAL

MATÉRIA:

Pessoal

EMENTA: ADMINISTRATIVO. PESSOAL ESTATUTÁRIO. CONSULTA. SERVIDORES DO SISTEMA DE SAÚDE PRISIONAL. CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÕES DE INCENTIVO ÀS AÇÕES BÁSICAS DE SAÚDE E DE MOVIMENTAÇÃO E MAJORAÇÃO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. RECOMENDAÇÕES.

- i. a pretensão alusiva à majoração do adicional de insalubridade deve ser encaminhada à Gerência de Segurança do Trabalho/SUBSAÚDE/COSST/SEGAD, para realização de inspeção *in loco* e definição, mediante Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho, do nível da situação de risco à saúde a que fica submetido o servidor da SES/DF, no exercício de suas atividades no sistema prisional;
- ii. os técnicos da Secretaria de Saúde deverão proceder à avaliação das unidades de saúde integrantes do Complexo Penitenciário, quanto às condições de acesso e da prestação do serviço, se compatíveis com a distinção tutelada pela Lei nº 318/92, indicando, com clareza e motivadamente, quais preenchem o perfil rural para efeito da concessão das gratificações nos percentuais majorados;
- iii. em se reconhecendo o perfil rural das unidades de saúde localizadas no Complexo Penitenciário da Papuda, devem ser observados os demais requisitos legais atinentes à GMOV e à GAB, consoante assinalados neste opinativo;
- iv. embora presente a possibilidade jurídica de concessão de vantagens derivadas de determinação legal preexistente ao período de restrição fiscal, devem ser adotadas medidas objetivando a redução das despesas com pessoal, como, por exemplo, a verificação da regularidade dos atos concessivos de gratificações de movimentação e de incentivo às ações básicas de saúde no âmbito da SES/DF;
- v assinala-se, por derradeiro, a necessidade premente de revisão da Lei nº 318/92, segundo a atualidade de seus propósitos.

Parecer APROVADO pelo Exmo. Sr.

Procurador-Geral do DF, em 20/11/2015 e
 pelo Exmo. Sr. Governador do DF, em

/20

Senhora Procuradora-Chefe,

DLCF

"Brasília – Patrimônio Cultural da Humanidade"

Folha nº

257

Processo nº

060003190/2015

Rubrica

39.754-7

Folha nº	258
Processo nº	060 003.190/2015
Rubrica	39.754-7

I – RELATÓRIO

1. O excelentíssimo senhor Secretário de Saúde, por recomendação da Subsecretaria de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde/SEGEST, consulta-nos acerca da viabilidade jurídica da concessão das Gratificações de Incentivo às Ações Básicas de Saúde /GAB e Gratificação de Movimentação/GMOV, bem como sobre a majoração do adicional de insalubridade, recebido atualmente no percentual de 10 % (dez por cento), por servidores que exercem suas funções no Sistema de Saúde Prisional.

2. A controvérsia jurídica submetida à análise teve a sua origem no Requerimento nº 13/16482, elaborado pela Comissão de Servidores do Sistema Prisional e veiculado nos autos do PA nº 060.014.340/2011, objeto de referência nos atos administrativos presentes nestes autos.

3. Instruem os autos:

- Relatório GAB/SUGESTES – 01/04/2015 – fls.02/05;
- Requerimento nº 13/16482 – Representante da Comissão de Servidores do Sistema Prisional – GAB Rural e Majoração do Adicional de Insalubridade – 15/04/2013 – fls.06/07;
- Cópias do Parecer Normativo nº 1462/2012-PROPS/PGDF – fls.09/52 – fls.09/29;
- Manifestação favorável - GER/SES/DF – GAB Rural e majoração do adicional de insalubridade – servidores do sistema prisional que se dediquem exclusivamente a atividades relacionadas à ações básicas de saúde – 03/10/2013 - fls.32/35;
- Cópia de declaração do Diretor do Centro de Internação e Reeducação – CIR acompanhada de fotos – sobre endereço e ausência de transporte público regular – fl.39/42;
- Informação da GASP/SES – unidades de saúde rural existentes no DF e suas características– fls.52/53;
- Informações da GESSP/DIAE/SAPS/SES – Gerencia de Saúde Prisional – destaca as unidades prisionais equivalentes a posto rural : CIR, CDP, PDF1, PDF2, PDF E ATP – com percepção de GAB /Rural pelas duas últimas e inexistência de transporte público – fls.55/56;
- Memorando nº 017/2015 – GEAP/DIAP/SUGETES/SES – relação de servidores solicitantes de GAB e GMOV Rural – respectivos requerimentos - fls.58/210;
- Nota Técnica nº 492/2015-AJL – manifestação favorável – fls.211/217;
- Solicitação de informações da SUGESTE sobre a localização da Papuda como área rural – fl.218;

- Manifestação da GERT/SES/DF – favorável à majoração do adicional e contrária à GMOV e GAB Rural – 12/06/2015 – fl.223/224;
- Cópia de decisão judicial – Proc.0704678-75.2015.8.07.0016 – 2º JEFAZPUB – BSB – obrigação de fazer – responder ao Requerimento 13/16483 – solicitação da GAB aos servidores em atividade no sistema prisional da Papuda e CIR – fls.230/233;
- Memo nº 98/2015 - GERT – ciência pelos servidores interessados do posicionamento contrário da Gerencia de Regulação do Trabalho – fls.239/240;
- Manifestação em ciência do parecer da GERT e pedido de reapreciação – fls.241;
- Cópia do Of. Nº 710/2015-NUGET-GAB/RAXIV – São Sebastião – declaração de que a área localizada dentro do Complexo Penitenciário da Papuda (CIR, CDP, PDFI e PDFII) encontra-se na área rural de uso controlado de São Sebastião/DF – fl.243;
- Retratação da GER – pela possibilidade de pagamento da GAB e GMOV Rural – 10/09/2015 – fls.252/253.

É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1 – Considerações Iniciais

4. Em análise, controvérsia suscitada em torno da possibilidade de se conceder, aos servidores do Sistema de Saúde Prisional, as gratificações instituídas pela Lei nº 318/92 (GMOV e GAB), nos percentuais correspondentes ao exercício em postos de saúde rural, bem como a majoração do adicional de insalubridade, consoante objeto do Requerimento Administrativo nº 13/16482, subscrito pelo representante da Comissão de Servidores do Sistema Prisional.

5. A par do interesse revelado pelos servidores, inclusive, por meio de provimento judicial de prazo para resposta da petição administrativa, observa-se dos requerimentos individuais juntados aos autos às fls.58/210, que em nenhum deles há menção ao pleito de majoração do adicional de insalubridade, mas tão-somente às gratificações de movimentação e/ou de incentivo às ações básicas de saúde.

6. Segundo informações anotadas pelos técnicos da Secretaria consultante e pelos próprios interessados, a questão relativa à majoração do adicional de insalubridade vem sendo conduzida nos autos do Processo nº

Folha nº	259
Processo nº	061003190/2015
Rubrica	MD 31.754-7

DLCF

"Brasília – Patrimônio Cultural da Humanidade"

060.014.340/2011, requisitados a pedido desta Procuradora, todavia, sem resposta desde o dia 22/10/2015¹

7. Não obstante, passamos ao exame do objeto integral da consulta, tendo em vista a necessidade de instrumentalizar o gestor no efetivo cumprimento da decisão judicial prolatada nos autos do Proc. 0704678-75.2015.8.07016.

II.2 – Análise do Pedido de Majoração do Adicional de Insalubridade.

8. Consta do Requerimento nº 13/16482 a pretensão de majoração do adicional de insalubridade em 20 % (vinte por cento), correspondente ao grau máximo admitido pela Lei Complementar nº 840/2011 (art.83, I).

9. Não se observa, nos autos, divergência quanto à condução do pleito administrativo, que, à luz da legislação de regência, deve ser objeto de inspeção e perícia *in loco*, a fim de que sejam averiguadas as reais condições de trabalho, que revelarão o grau exposição dos servidores a agentes nocivos à saúde acima dos limites de tolerância, fixados em razão da natureza e da intensidade e do tempo de exposição aos seus efeitos.

10. O tratamento a ser conferido pelos peritos deve observar as normas locais – LC nº 840/11 (arts.79 a 83) e os Decretos 36.243/2012, 34.023/2012 e 32.547/2010 – e as leis e atos regulamentares pertinentes aos trabalhadores em geral – CLT (arts.189 a 197) e a NR/MT nº 15 (Anexo XIV).

11. Segundo se infere desse aparato normativo, somente o laudo pericial pode dizer o grau da insalubridade, pois não é a profissão que indica a incidência da insalubridade, mas a atividade exercida e o local de trabalho.

12. Anote-se, a propósito, que o Anexo XIV da NR nº 15/MT relaciona entre as atividades, cuja insalubridade é de **Grau Médio**, aquelas desenvolvidas em contato permanente com pacientes ou material infecto-contagante em hospitais, serviços de emergência, enfermarias, ambulatórios, postos de vacinação e outros estabelecimentos destinados

¹ Of. Nº 933/2015-GAB/PGDF (em anexo)
DLCP

aos cuidados da saúde humana, laboratórios de análise clínica e histopatologia, gabinetes de autópsias, de anatomia e histopatologia, aplicando-se unicamente ao pessoal que tenha contato com os pacientes, bem como aos que manuseiam objetos de uso desses pacientes, não previamente esterilizados.²

13. Dessa sorte, cumprirá à perícia, mediante o Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho, definir, em conformidade com a norma regulamentar, o nível da situação de risco à saúde a que ficam submetidos os servidores da SES/DF, no exercício de suas atividades no sistema prisional, não se olvidando, outrossim dos limites percentuais definidos no art.83 da LC 840/11: cinco (mínimo), dez (médio) e vinte (máximo).

14. Para esse mister, deve ser observada a competência da Gerência de Segurança do Trabalho/SUBSAÚDE/COSST/SEGAD, segundo o novo arranjo administrativo estabelecido pelo Decreto nº 36.561/2015.

II.3 – Análise dos Pleitos alusivos à GAB e à GMOV – Perfil Rural.

15. Percebe-se, nos autos, que a controvérsia suscitada em torno da percepção das gratificações - *propter laborem* - instituídas pela Lei nº 318/92, está associada à verificação do zoneamento territorial em que está localizado o Complexo Penitenciário da Papuda, uma vez que, em se definindo o caráter rural da região, haveria de se reconhecer o direito dos servidores à percepção dos benefícios nos percentuais correspondentes ao exercício em unidades de saúde rurais.

16. Verifica-se de fl.243, a cópia do Of. Nº 710/2015-NUGET/GAB/RAXIV, encaminhado ao Coordenador do Centro de Internamento e Reeducação – CIR, em que consta a informação expressa acerca do zoneamento da área do Complexo Penitenciário (CIR, CDP, PDFI e PDFII), como localizado em **“área rural de uso controlado de São Sebastião/DF”**.

17. A par do enfoque da consulta, solicitamos à Gerência de Perícias desta Procuradoria-Geral que verificasse o zoneamento da área do

² doc em anexo
DLCP

Complexo Penitenciário da Papuda, segundo o Plano Diretor de Ordenamento Territorial/PDOT. Oportunidade em que se constatou que parte das Unidades do Complexo situa-se em Zona Urbana (CDP, CIR e DPOE) e parte em Zona Rural (PDFI, PDFII, 19º BPM e CESAMI).

18. Instados pela incongruência revelada quanto ao zoneamento informado nos autos, solicitamos, via e-mail, à Regional de São Sebastião, o encaminhamento de informações técnicas e atualizadas acerca da área de localização do Complexo Penitenciário.

19. Em atendimento à solicitação, a Regional de São Sebastião prestou os seguintes esclarecimentos:

"Informamos que à área do complexo penitenciário que compreende ao:

- CIR, CPD, DPOE – Zona Urbana de Uso Controlado

- PDF1, PDF2, UIPSS e CPMIND- PMDF - Zona Rural de Uso Controlado

Verificamos após vistoria in-loco realizada e análise a mapas do PDOT 2012, atualizado em 2015, áreas em questão se encontram em "Zona Urbana de Uso Controlado e Zona rural de Uso Controlado", conforme documentos em anexo."

20. Destarte, as informações técnicas encaminhadas incrementam a controvérsia, na medida em que os requerimentos individualmente apresentados nos autos, foram subscritos por servidores, cujas atividades são prestadas no Centro de Internamento e Reeducação/CIR, que, segundo as demarcações do PDOT/2912, está situado em zona urbana, embora integrante do Complexo Penitenciário da Papuda.

21. De outra parte, colhe-se das informações apresentadas pelas Gerências de Atenção à Saúde de Populações em Situação Vulnerável³ e de Saúde do Sistema Prisional⁴, bem assim dos documentos cadastrais apresentados pelos requerentes⁵, que todos servidores em exercício nas unidades do Complexo Penitenciário da Papuda estão **lotados no Centro de Saúde nº 01 de São Sebastião** e trabalham em regime de equipe, nos moldes da Estratégia Saúde da Família, atendendo demanda diferenciada.

³ fls.53/53

⁴ fls.55/56

⁵ fls.58/210

DLCF

22. A respeito do perfil do serviço de saúde prestado, a Gerente de Saúde do Sistema Prisional presta os seguintes esclarecimentos:

"Esclarecemos por fim, que as **unidades prisionais equivalentes à posto de saúde** são: CIR, CDP, PDFI, PDF2 E ATP)".

Quanto ao Transporte dos servidores até à Unidade Prisional:

As equipes de saúde prisional dependem de transporte específico fornecido pela SSP-DF, que distribui os servidores em seus locais de trabalho. Informo que dependem desse transporte as equipes do CIR, CPD, PDFI, PDF2, PDF e ATP. Ademais inexistente transporte público regular para tais unidades."⁶

23. Reunidas todas essas informações, cumpre avaliar os critérios a serem observados, pela Administração, para aferição da incidência da GMOV e da GAB - Perfil RURAL, levando em consideração a peculiaridade da situação territorial das unidades integrantes do Complexo Penitenciário da Papuda e da afinidade de estrutura e acesso.

24. Com todas as vênias, percebe-se, claramente, que, embora a revisão do PDOT tenha conferido um novo traçado para a área, de modo a permitir que apenas parte das unidades do Complexo permanecesse caracterizada como integrante de zona rural, há de se considerar, na hipótese, as condições anormais de prestação do serviço de saúde no CIR, que revelam o mesmo perfil das demais unidades de saúde do Complexo Penitenciário.

25. Sob tal perspectiva, abstrai-se da norma concessiva das gratificações de serviço (*propter laborem*⁷), a mens legis voltada à adoção

⁶ fl.56

⁷ Confira-se, a propósito a conceituação de:

Hely Lopes Meirelles:

"A gratificação de serviço (*propter laborem*) é instituída para recompensar riscos ou ônus decorrentes de trabalhos normais executados em condições anormais de perigo ou de encargos para o servidor, tais como os serviços realizados com risco de vida e saúde ou prestados fora do expediente, da sede ou das atribuições ordinárias do cargo. O que caracteriza essa modalidade de gratificação é sua vinculação a um serviço comum, executado em condições excepcionais para o funcionário, ou a uma situação normal do serviço mas que acarreta despesas extraordinárias para o servidor. Nessa categoria de gratificações entram, dentre outras, as que a Administração paga pelos trabalhos realizados com risco de vida e saúde; pelos serviços extraordinários; pelo exercício do Magistério; pela representação de gabinete; pelo exercício em determinadas zonas ou locais; pela execução de trabalho técnico ou científico não decorrente do cargo; pela participação em banca examinadora ou comissão de estudo ou de concurso; pela transferência de sede (ajuda de custo); pela prestação de serviço fora da sede (diárias)".(destaques nossos)

Essas gratificações só devem ser percebidas enquanto o servidor está prestando o serviço que as enseja, porque são retribuições pecuniárias pro labore faciendo e propter laborem. Cessado o trabalho que lhes dá causa ou desaparecidos os motivos excepcionais e transitórios que as justificam, extingue-se a razão de seu

DLCF

de política de compensação pelo ônus decorrentes de trabalhos inerentes ao cargo, porém executados em condições anormais, no caso, em ambiente rural. Essa compreensão acena com a razoabilidade de acolhimento da pretensão dos servidores, cujas condições de trabalho não foram afetadas pela nova concepção de zoneamento, desde que efetivamente comprovado a manutenção do perfil rural do serviço.

26. Com todas as vênias, a distinção de tratamento tutelada pelos art.2º,II, §3º,II, da Lei nº 318/92, não pode ser compreendida a partir de uma interpretação meramente literal da expressão – “servidores em exercício nos Postos de Saúde Rurais da Fundação Hospitalar do Distrito Federal” – se assim o fizer, chegar-se-á à conclusão que a gratificação extinguiu-se, a uma porque extinta a FHDF, a duas porque a estruturação das unidades de serviços em postos rurais não representa mais uma realidade no âmbito da SES/DF, que, segundo as informações dos autos, adota a estratégia de equipes rurais, as quais funcionam como braços dos centros de saúde responsáveis pela Região Administrativa mais próxima, a três porque a literalidade encontraria óbice no princípio da isonomia, ao conferir tratamento distinto a servidores em situação semelhantes.

27. Nesse cenário, a interpretação teleológica da norma permite a ilação de que as gratificações de serviços de perfil rural devem beneficiar servidores dos Complexo Penitenciário, que, a despeito da nova configuração do PDOT, ainda prestam serviços de saúde nas mesmas

pagamento. Daí porque não se incorporam automaticamente ao vencimento, nem são auferidas na disponibilidade e na aposentadoria, salvo quando lei expressamente o determina, por liberalidade do legislador. Dentre as gratificações de serviço merece algumas considerações, por sua novidade e generalidade no serviço público, a que se paga aos servidores que executam trabalho com risco de vida ou saúde.” Direito Administrativo. 12.ed. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 231⁷

Diógenes Gasparini: “A gratificação de serviço é outorgada ao servidor a título de recompensa pelos ônus decorrentes do desempenho de serviços comuns em condições incomuns de segurança ou salubridade, ou concedida para compensar despesas extraordinárias realizadas no desempenho de serviços normais prestados em condições anormais. Assim são as gratificações concedidas em razão de serviços realizados com risco de vida e saúde, como são os trabalhos médicos e correlatos prestados aos aidéticos; as outorgadas em função de serviços extraordinários, como são os prestados fora da jornada de trabalho; as atribuídas pelo exercício do trabalho em certas zonas, como é o de professor em zona rural; as concedidas em razão de trabalhos realizados em comissões e bancas, como são os prestados nas comissões de licitação e nas bancas examinadoras; atribuídas em razão da prestação de serviços fora da sede, como os trabalhos de auditorias.” (destaque nosso) Direito Administrativo. 12.ed. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 231

Folha nº	260
Processo nº	00003190/2015
Rubrica	39.754-7

condições daqueles que integram as unidades localizadas na área rural do presídio.

28. Sob essa perspectiva haverão de ser adotadas providências prévias, como pressuposto ao reconhecimento do direito de percepção das gratificações em referência, a fim de que, sob o mote do tratamento isonômico, não seja permitida a extensão da vantagem pecuniária a servidores, cujo labor não fora tutelado pela norma.

29. Na hipótese, há de se averiguar em cada Unidade de Serviço integrante do Complexo, as condições de acesso e de prestação do serviço, **se compatível com o perfil de posto rural**, cuja distinção fora tutelada pela Lei nº 318/92.

30. Caso resulte confirmado o **perfil rural das unidades de saúde** localizadas no Complexo Penitenciário da Papuda, cumpre ao Gestor, antes de autorizar o pagamento das gratificações, averiguar se os servidores cumprem os demais requisitos legais para percepção das gratificações em referência:

- **em relação à GAB:** pertencimento à Carreira de Assistência Pública à Saúde e o cumprimento da carga horária em atividades relacionadas às ações básicas de saúde, em Unidades de Saúde (rural);
- **em relação à GMOV:** pertencimento à carreira de Assistência Pública à Saúde e exercício em unidades de saúde rurais distintas do local de residência do servidor.

31. Feitas essas considerações, cumpre fazer o registro da necessidade premente de revisão da Lei nº 318/92, segundo a atualidade de seus propósitos, entretanto, em persistindo a inércia, resta aos operadores do Direito, buscar, pelos meios interpretativos, a *ratio* da lei à luz da realidade atual, tomando-se o cuidado de não desvirtuá-la.

II.3 – Restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal – Não Incidência 

32. À vista da situação atualmente vivenciada pela Administração distrital, em razão da extrapolação do limite prudencial de despesas com pessoal, o Gestor público deverá estar atento aos limites e restrições impostos pelo parágrafo único do art.22 da Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo-lhe vedado:

- conceder vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art.37 da Constituição;
- criar cargo, emprego ou função;
- alterar a estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
- prover cargo público, admitir ou contratar pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança; e
- contratar horas extras, salvo nos casos previstos de convocação extraordinária do Poder Legislativo (art.67 da LODF) e nas situações previstas na LDO.

33. Como se vê, a hipótese vertente nos autos – pretensão de pagamento de vantagens remuneratórias (gratificações e adicional) – determina a análise dos pleitos também sob a ótica da responsabilidade fiscal, sobretudo à luz da restrição estabelecida no inciso I do art.22 da LC nº 101/2000, que assim dispõe:

LC101/2000:

Art. 22. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 será realizada ao final de cada quadrimestre.

Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:

I - **concessão de vantagem**, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, **salvo os derivados** de sentença judicial **ou de determinação legal** ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição. (destaques adicionados)

34. O texto normativo em referência revela a imposição de mecanismos que convergem para o retorno do equilíbrio das contas públicas, contudo, **excepciona** os direitos tutelados por sentença judicial, **determinação legal**, por disposição contratual e ressalva a revisão anual do art.37,X da CF.

35. A segunda exceção relativa à concessão de vantagem decorrente de "determinação legal", impõe reflexão sobre o seu alcance, uma vez que qualquer vantagem conferida ao servidor público decorre, obrigatoriamente, de lei.

36. Decerto, não pretendeu o legislador, ao excepcionar o óbvio, dizer o nada jurídico, mas, à evidência, estabelecer o marco para a concessão de vantagens em tempos de extrapolação do limite prudencial.

37. Nesse sentido, o magistério de Di Pietro, segundo o qual o dispositivo veda "a concessão de **novas** vantagens, mas não impede o pagamento daquelas asseguradas em lei", porquanto todos os aumentos e concessões de vantagens dos servidores públicos decorrem de lei, sendo que alguns deles devem obrigatoriamente ser concedidos (como adicional de atividade insalubre ou gratificação de atividade realizada em região inóspita).⁸

38. Visto por esse ângulo, o Administrador não poderia suprimir vantagem de servidor **garantida em lei preexistente** à extrapolação do limite prudencial, a pretexto de cumprir determinações da LRF. Confira-se, a propósito, o precedente do Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTES REMUNERATÓRIOS ESTABELECIDOS EM LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL. DESCUMPRIMENTO. LRF. LIMITES ORÇAMENTÁRIOS. INAPLICABILIDADE.

1. A jurisprudência deste Tribunal Superior proclama que os limites previstos nas normas da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), no que tange às despesas com pessoal do ente público, não podem servir de justificativa para o não cumprimento de direitos subjetivos do servidor público, como é o **recebimento de vantagens asseguradas por lei**. Precedentes: AgRg no AREsp 547.259/RJ, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 01/09/2014; AgRg no REsp 1.433.550/RN, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 19/08/2014; EDcl no AREsp 58.966/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 15/06/2012; AgRg no AREsp 464.970/RN, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 12/12/2014.

2. Agravo regimental não provido. (destaque acrescentado)

⁸ DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva; NASCIMENTO, Carlos Valder do (Orgs.). Comentários à Lei de Responsabilidade Fiscal. São Paulo: Saraiva, 2001, p. 158

e-DOC 7EA84E2D-e

Folha nº	26
Processo nº	060003/90/2015
Rubrica	39754-7

39. Embora presente a possibilidade jurídica de reconhecimento do direito às vantagens alusivas às gratificações de natureza *propter laborem* e ao adicional de insalubridade, devem ser adotadas todas cautelas quanto à inclusão em folha de pagamento.

40. Isto porque a exceção legal deve ser interpretada restritivamente, eis que é inadmissível a exegese que induza à ampliação de vantagens e/ou de destinatário não alcançado originariamente pela norma concessiva. A rigor, em período de restrição fiscal, essa ampliação não pode ser conferida nem mesmo por meio da edição de lei.

41. Deveras, o volume e o objeto de consultas encaminhadas a esta Casa, envolvendo controvérsias em torno do pagamento das gratificações instituídas pela Lei nº 318/92, sugerem a necessidade de averiguação quanto à regularidade dos atos concessivos da GMOV e GAB, a fim de seja alcançada a finalidade pública tutelada pela norma e se promova a redução de despesas.

III – CONCLUSÃO

42. São essas as nossas considerações em resposta à consulta formulada, que inspiram as seguintes recomendações:

- i. a pretensão alusiva à majoração do adicional de insalubridade deve ser encaminhada à Gerência de Segurança do Trabalho/SUBSAÚDE/COSST/SEGAD, para realização de inspeção in loco e definição, mediante Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho, do nível da situação de risco à saúde a que fica submetido o servidor da SES/DF, no exercício de suas atividades no sistema prisional;
- ii. os técnicos da Secretaria de Saúde deverão proceder à avaliação das unidades de saúde integrantes do Complexo Penitenciário, quanto às condições de acesso e da prestação do serviço, se compatíveis com a distinção tutelada pela Lei nº 318/92,

indicando, com clareza e motivadamente, quais preenchem o perfil rural para efeito da concessão das gratificações nos percentuais majorados;

iii. em se reconhecendo o perfil rural das unidades de saúde localizadas no Complexo Penitenciário da Papuda, devem ser observados os demais requisitos legais atinentes à GMOV e à GAB, consoante assinalados neste opinativo;

iv. embora presente a possibilidade jurídica de concessão de vantagens derivadas de determinação legal preexistente ao período de restrição fiscal, devem ser adotadas medidas objetivando a redução das despesas com pessoal, como, por exemplo, a verificação da regularidade dos atos concessivos de gratificações de movimentação e de incentivo às ações básicas de saúde no âmbito da SES/DF;

v. assinala-se, por derradeiro, a necessidade premente de revisão da Lei nº 318/92, segundo a atualidade de seus propósitos.

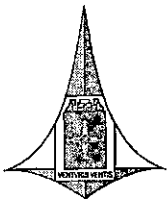
É o parecer.

À superior consideração.

Brasília, 12 de novembro de 2015.


DENISE LADEIRA COSTA FERREIRA
Procurador - Distrito Federal

Folha nº	269
Processo nº	06003190/2015
Rubrica	VR 39.754-7



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Procuradora-Geral
Procuradoria Especial da Atividade Consultiva



PROCESSO Nº: 060.003.190/2015
INTERESSADA: SUGETES/SES
ASSUNTO: Concessão Benefício

283

MATÉRIA: Pessoal

Tendo em vista o encaminhamento do PA nº 060.014.340/2011, anteriormente solicitado por meio do Ofício nº 933/2015 – GAB/PGDF, **SOBRE**STO a análise do **PARECER Nº 1083/2015 – PRCON/PGDF**, exarado pela ilustre Procuradora do Distrito Federal Denise Ladeira Costa Ferreira, restituindo estes autos à eminente Procuradora, para que analise se o teor do referido processo administrativo enseja a necessidade de aditamento ao parecer emitido.

Em 19 / 11 / 2015.


MARIA JÚLIA FERREIRA CÉSAR
Procuradora-Chefe
Procuradoria Especial da Atividade Consultiva

Folha nº: 283
Processo nº: 060.003.190/2015
Rubrica: Ilma Matrícula: 43182-6

284



DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ESPECIAL DE ATIVIDADE
CONSULTIVA



Processo nº: 060.003.190/2015
Interessado: SUGETES/SES/DF
Assunto: Concessão de Benefício

Folha nº: 284
Processo nº: 060.003.190/2015
Rubrica: *[assinatura]* Matrícula: 43.182-6

Senhora Procuradora-Chefe,

Compulsados os autos requisitados – PA nº 060.014.340/2015 – não verifico a necessidade de aditamento do parecer emitido, porquanto cuida de pretensões administrativas individualizadas, protocolados por outros servidores do Sistema Prisional, em busca da majoração do adicional de insalubridade.

Observa-se, nos referidos autos, a realização de perícias dos locais de trabalho e a elaboração de laudos técnico, encaminhados em CD dentro de um envelope lacrado, que permanece incólume. (fl.236).

O trâmite emprestado corrobora a nossa manifestação, no que diz respeito do encaminhamento das pretensões de majoração do adicional de insalubridade à Gerência de Segurança de Trabalho/SUBSAUDE/COSST/SEGAD, para realização de inspeção e elaboração do Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho.

Sem mais considerações, recomendo a devolução do referido processo à origem, para prosseguimento dos trâmites.

Respeitosamente.

Brasília, 19 de junho de 2015.

[assinatura]
Denise Ladeira Costa Ferreira
Procuradora – Distrito Federal



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
 Gabinete da Procuradora-Geral
 Procuradoria Especial da Atividade Consultiva



PROCESSO Nº: 060.003.190/2015
 INTERESSADO: SUGETES/SES
 ASSUNTO: Concessão Benefício
 MATÉRIA: Pessoal

folha nº: 285
 Processo: 060.003.190/2015
 Rubrica: [assinatura] Matrícula: 421826

APROVO O PARECER Nº 1083/2015 – PRCON/PGDF, bem como **ACOLHO** o despacho de fl. 284, ambos exarados pela ilustre Procuradora do Distrito Federal Denise Ladeira Costa Ferreira.

Em 20 / 11 /2015.


MARIA JÚLIA FERREIRA CÉSAR
 Procuradora-Chefe
 Procuradoria Especial da Atividade Consultiva

De acordo. Restituam-se os autos à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal para conhecimento e providências pertinentes.

Em 20 / 11 /2015.


KARLA APARECIDA DE SOUZA MOTTA
 Procuradora-Geral Adjunta para Assuntos do Consultivo